



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SENADO FEDERAL)

PLS Nº 214/95

ASSUNTO:

Cria área de livre comércio nos Municípios de Corumbá e Ladário, Estado do Mato Grosso do Sul.



PL. 2.263/96

NOVO DESPACHO: (16.12.96)

ÀS COMISSÕES:

ART. 24, II

- DE ECONOMIA, IND. E COMÉRCIO

- DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO)

DESPACHO: - DE CONST. E JUST. E DE RED. (ART. 54)

AO ARQUIVO

em 26 de AGOSTO de 19 96

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

DE 19

PROJETO N.º

2.263 96

As Comissões:
Economia, Indústria e Comércio
Finanças e Tributação (Mérito)
Const. e Justiça e de
Redação (Art. 54, RI)


Em 12/08/96


PRESIDENTE

Reveja o despacho inicial apostado ao PL 2263/96, para submetê-lo à deliberação conclusiva das Comissões, nos termos do art. 24, II. Publique-se.

PROJETO DE LEI Nº 2263/96

Cria área de livre comércio nos Municípios de Corumbá e Ladário, Estado do Mato Grosso do Sul.


PRESIDENTE

PRIORIDADE

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criada, nos Municípios de Corumbá e Ladário, Estado do Mato Grosso do Sul, área de livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial, estabelecida com a finalidade de promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças daquele Estado e com o objetivo de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana.

Art. 2º O Poder Executivo fará demarcar as áreas contínuas envolvendo, inclusive, os perímetros urbanos dos Municípios de Corumbá e Ladário, onde será instalada a Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário - ALCCL, incluindo locais apropriados para o entropostamento de mercadorias a serem nacionalizadas ou reexportadas.

Parágrafo único. Consideram-se integrantes da Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário - ALCCL todas as suas superfícies territoriais, observadas as disposições dos tratados e convenções internacionais.

Art. 3º As mercadorias estrangeiras ou nacionais enviadas à Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário - ALCCL serão, obrigatoriamente, destinadas a empresa autorizada a operar nessa área.

Art. 4º A entrada de mercadorias estrangeiras na Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário - ALCCL far-se-á com suspensão dos Impostos sobre a Importação e sobre Produtos Industrializados, que será convertida em isenção, quando as mercadorias forem destinadas a:

I - consumo e venda interna na Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário - ALCCL;

II - beneficiamento, em seu território, de pescado, pecuária, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola ou florestal;

III - agropecuária e piscicultura;

IV - instalação e operação de turismo e serviços de qualquer natureza;

V - estocagem para comercialização no mercado externo;

VI - atividades de construção e reparos navais; e

VII - bagagem acompanhada de viajantes, observados os limites fixados pelo Poder Executivo por intermédio da Secretaria da Receita Federal.

§ 1º As demais mercadorias estrangeiras, inclusive as utilizadas como partes, peças ou insumos de produtos industrializados na Área de Livre Comércio de



Corumbá e Ladário - ALCCL, gozarão de suspensão dos tributos referidos neste artigo, mas estarão sujeitas à tributação no momento de sua internação.

§ 2º Não se aplica o regime fiscal previsto neste artigo a:

- a) armas e munições de qualquer natureza;
- b) automóveis de passageiros;
- c) bebidas alcoólicas;
- d) perfumes;
- e) fumo e seus derivados.

Art. 5º A compra de mercadorias estrangeiras armazenadas na Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário - ALCCL por empresas estabelecidas em qualquer outro ponto do território nacional, é considerada para efeitos administrativos e fiscais, como importação normal.

Art. 6º Os produtos nacionais ou nacionalizados, que entrarem na Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário - ALCCL, estarão isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando destinados às finalidades mencionadas no *caput* do art. 4º.

§ 1º São asseguradas a manutenção e a utilização dos créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados relativos às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos produtos entrados nas áreas de livre comércio.

§ 2º Estão excluídos dos benefícios fiscais de que trata este artigo os seguintes produtos, compreendidos nos capítulos e/ou nas posições indicadas da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, aprovada pela Resolução nº 75, de 22 de abril de 1988, do Comitê Brasileiro de Nomenclatura, com alterações posteriores:

- a) armas e munições: capítulo 93;
- b) veículos de passageiros: posição 8703 de capítulo 87, exceto ambulâncias, carros funerários, carros celulares e jipes;
- c) bebidas alcoólicas: posição 2203 a 2206 e 2208 (exceto 2208.10 e 2208.90.0100) do capítulo 22;
- d) fumo e seus derivados: capítulo 24.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a aplicação de regimes aduaneiros especiais para as mercadorias estrangeiras destinadas à Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário - ALCCL, assim como para as mercadorias dela procedentes.

Art. 8º O Banco Central do Brasil normatizará os procedimentos cambiais aplicáveis às operações da Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário - ALCCL, criando mecanismos que forneçam seu comércio exterior.

Art. 9º Os limites globais para as importações através da Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário - ALCCL serão fixados anualmente pelo Poder Executivo, no ato em que o fizer para as demais áreas de livre comércio.

Parágrafo único. A critério do Poder Executivo, poderão ser excluídas do limite global as importações de produtos pela Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário - ALCCL, destinadas exclusivamente à reexportação, vedada a remessa de

Handwritten signature



divisas correspondentes, e observados, quando reexportados tais produtos, todos os procedimentos legais aplicáveis às exportações brasileiras.

Art. 10. A Secretaria da Receita Federal exercerá a vigilância na Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário - ALCCL e a repressão ao contrabando e ao descaminho, sem prejuízo da competência do Departamento de Polícia Federal.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá assegurar os recursos materiais e humanos necessários aos serviços de fiscalização e controle aduaneiro da Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário - ALCCL.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em de agosto de 1996

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

rfr/.



CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I

DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO VIII

DO PROCESSO LEGISLATIVO

SUBSEÇÃO III

DAS LEIS

Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.

COMITÊ BRASILEIRO DE NOMENCLATURA

RESOLUÇÃO Nº 75, DE 22 DE ABRIL DE 1988



O COMITÊ BRASILEIRO DE NOMENCLATURA (CBN), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 156 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, e tendo em vista a adesão do Brasil à Convenção Internacional sobre o Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias, em 31 de outubro de 1986, RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovada a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM/SH), baseada no Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias elaborado pelo Conselho de Cooperação Aduaneira.

Art. 2º - A Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM/SH), baixada com esta Resolução, entrará em vigor em 01 de janeiro de 1989.

HELOÍZA CAMARGOS MOREIRA
Presidente

Seção XIX
Armas e munições; suas partes e acessórios
Capítulo 93
Armas e munições; suas partes e acessórios

Notas.

1. O presente Capítulo não compreende:

- a) os fulminantes e cápsulas fulminantes, os detonadores, os foguetes de iluminação ou contra o granizo e outros artigos do Capítulo 36;
- b) as partes e acessórios de uso geral, na acepção da Nota 2 da Seção XV, de metais comuns (Seção XV), e os artefatos semelhantes de plástico (Capítulo 39);
- c) os carros de combate e automóveis blindados (posição 8710);
- d) as miras telescópicas e outros dispositivos ópticos, salvo quando montados nas armas ou, quando não montados, que se apresentem com as armas a que se destinem (Capítulo 90);
- e) as bestas, arcos e flechas para tiro, as armas embotadas para esgrima e as armas com características de brinquedos (Capítulo 95);
- f) as armas e munições com características de objetos de coleção ou de antiguidades (posições 9705 ou 9706).

2. Na acepção da posição 9306, o termo partes não compreende os aparelhos de rádio ou de radar, da posição 8526.

NOTAS COMPLEMENTARES (NC):

NC (93-1) Ficam reduzidas para 10% as alíquotas do IPI incidente sobre "cartuchos de qualquer espécie, sem projétil, exceto para caça e esporte", classificados no código 93.06.

NC (93-2) Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) as alíquotas do IPI incidente sobre os produtos classificados nos códigos 9302.00.0100, 9302.00.0200, 9303.90.9900 e 93.06, quando destinados aos órgãos de segurança pública federais e estaduais.

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI "



CÓDIGO NBM/SH	POSICÃO/ITEM	M E R C A D O R I A	E SUB-ITEM SUB-ITEM	POSICÃO/ITEM	ALIQUOTA %
9301.00		Armas de guerra, exceto revólveres, pistolas e armas brancas			
	0100	--- Para uso em aeronáutica			0
	9900	--- Outros			0
9302.00		Revólveres e pistolas, exceto os das posições 9303 ou 9304			
	0100	--- Revólveres			45
	0200	--- Pistolas			45
9303		Outras armas de fogo e aparelhos semelhantes que utilizem a deflagração da pólvora [por exemplo: espingardas e carabinas, de caça, armas de fogo carregáveis exclusivamente pela boca, pistolas lança-foguetes e outros aparelhos concebidos apenas para lançar foguetes de sinalização, pistolas e revólveres para tiro de festim (tiro sem bala), pistolas de êmbolo cativo para abater animais, canhões lança-amarras]			
9303.10		- Armas de fogo carregáveis exclusivamente pela boca			
	0100	--- Carabinas, espingardas e semelhantes, de caça			45
	9900	--- Outros			45
9303.20	0000	- Outras espingardas e carabinas, de caça ou de tiro-ao-alvo, com pelo menos um cano liso			45
9303.30	0000	- Outras espingardas e carabinas, de caça ou de tiro-ao-alvo			45
9303.90		- Outros			
	0100	--- Pistolas de sinalização			30
	9900	--- Outras			45
9304.00	0000	Outras armas (por exemplo: espingardas, carabinas e pistolas, de mola, de ar comprimido ou de gás, cassetetes), exceto as da posição 9307			45
9305		Partes e acessórios dos artigos das posições 9301 a 9304			
9305.10	0000	- De revólveres ou pistolas			45
9305.2		- De espingardas ou carabinas da posição 9303			
9305.21	0000	-- Canos lisos			45
9305.29	0000	-- Outros			45
9305.90		- Outros			
	0100	--- Dispositivos amortecedores de recuo, amovíveis, de borracha, para espingardas, carabinas e semelhantes			10
	02	--- Bandoleiras para espingardas, carabinas e semelhantes			
	0201	---- De couro			10
	0299	---- Qualquer outra			0
	99	--- Outros			
	9901	---- Das armas compreendidas na posição 9301			45
	9999	---- Qualquer outro			45
9306		Bombas, granadas, torpedos, minas, mísseis, cartuchos e outras munições e projéteis, e suas partes, incluídos os zagalotes, chumbos de caça e buchas para cartuchos			
9306.10	0000	- Cartuchos e suas partes, para pistolas de rebitar ou para pistolas de êmbolo cativo para abater animais			45
9306.2		- Cartuchos e suas partes, para espingardas ou carabinas de cano liso; chumbos para carabinas de ar comprimido			
9306.21	0000	-- Cartuchos			45
9306.29	0000	-- Outros			45
9306.30	0000	- Outros cartuchos e suas partes			45
9306.90	0000	- Outros			45
9307.00	0000	Sabres, espadas, baionetas, lanças e outras armas brancas, suas partes e bainhas			45

Capítulo 87



Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros
veículos terrestres, suas partes e acessórios

Notas.

1. O presente Capítulo não compreende os veículos concebidos para circular unicamente sobre vias férreas.
 2. Consideram-se tratores, na aceção do presente Capítulo, os veículos motores essencialmente concebidos para puxar ou empurrar instrumentos, veículos ou cargas, mesmo que apresentem certos dispositivos acessórios que permitam o transporte de ferramentas, sementes, adubos, etc., relacionados com o seu uso principal.
 3. Consideram-se veículos automóveis para transporte coletivo de passageiros, na aceção da posição 8702, os veículos concebidos para transportar dez pessoas no mínimo, incluído o motorista.
 4. Os chassis de veículos automóveis, quando providos de cabina, classificam-se nas posições 8702 a 8704 e não na posição 8706.
 5. A posição 8712 compreende todas as bicicletas para crianças. Os outros ciclos para crianças classificam-se na posição 9501.
-

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI "

- 8703 Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis principalmente concebidos para transporte de pessoas (exceto os da posição 8702), incluídos os veículos de uso misto ("station wagons") e os automóveis de corrida
- 8703.10 0000 - Veículos especialmente concebidos para se deslocar sobre a neve; veículos especiais para o transporte de pessoas nos campos de golfe e veículos semelhantes
- 8703.2 - Outros veículos com motor de pistão alternativo, de ignição por centelha (faísca)
- 8703.21 0000 -- De cilindrada não superior a 1000 cm³
- 8703.22 -- De cilindrada superior a 1000 cm³, mas não superior a 1500 cm³
- 01 --- Automóveis de passageiros com motor a gasolina
- 0101 ---- CKD ("completely knocked down")
- 0199 ---- Qualquer outro
- 02 --- Automóveis de passageiros com motor a álcool
- 0201 ---- CKD ("completely knocked down")
- 0299 ---- Qualquer outro
- 9900 --- Outros
- 8703.23 -- De cilindrada superior a 1500 cm³, mas não superior a 3000 cm³
- 01 --- Automóveis de passageiros com motor a gasolina, de até 100 HP de potência bruta (SAE)
- 0101 ---- CKD ("completely knocked down")
- 0199 ---- Qualquer outro
- 02 --- Automóveis de passageiros com motor a gasolina, de mais de 100 HP de potência bruta (SAE)
- 0201 ---- CKD ("completely knocked down")
- 0299 ---- Qualquer outro
- 03 --- Automóveis de passageiros com motor a álcool, de até 100 HP de potência bruta (SAE)
- 0301 ---- CKD ("completely knocked down")
- 0399 ---- Qualquer outro
- 04 --- Automóveis de passageiros com motor a álcool, de mais de 100 HP de potência bruta (SAE)
- 0401 ---- CKD ("completely knocked down")
- 0499 ---- Qualquer outro
- 0500 --- Ambulância
- 9900 --- Outros



"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI "



- 8703.24 -- De cilindrada superior a 3000 cm³
- 01 --- Automóveis de passageiros com motor a gasolina
 - 0101 ---- CKD ("completely knocked down")
 - 0199 ---- Qualquer outro
 - 02 --- Automóveis de passageiros com motor a álcool
 - 0201 ---- CKD ("completely knocked down")
 - 0299 ---- Qualquer outro
 - 0300 --- Ambulância
 - 9900 --- Outros
- 8703.3 - Outros veículos, com motor de pistão, de ignição por compressão (diesel ou semidiesel)
- 8703.31 -- De cilindrada não superior a 1500 cm³
- 0100 --- Automóveis de passageiros
 - 9900 --- Outros
- 8703.32 -- De cilindrada superior a 1500 cm³, mas não superior a 2500 cm³
- 01 --- Automóveis de passageiros
 - 0101 ---- De até 100 HP de potência bruta (SAE)
 - 0102 ---- De mais de 100 HP de potência bruta
 - 0200 --- Ambulância
 - 9900 --- Outros
- 8703.33 -- De cilindrada superior a 2500 cm³
- 0100 --- Automóveis de passageiros
 - 0200 --- Ambulância
 - 9900 --- Outros
- 8703.90 - Outros
- 0100 --- Automóveis de passageiros
 - 9900 --- Outros



Capítulo 22

Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres

Notas.

1. O presente Capítulo não compreende:
 - a) a água do mar (posição 2501);
 - b) as águas destiladas, de condutibilidade ou de igual grau de pureza (posição 2851);
 - c) as soluções aquosas que contenham, em peso, mais de 10% de ácido acético (posição 2915);
 - d) os medicamentos das posições 3003 ou 3004;
 - e) os produtos de perfumaria ou de toucador (Capítulo 33).
2. Na aceção do presente Capítulo e dos Capítulos 20 e 21, o teor alcoólico em volume determina-se à temperatura de 20 graus centígrados
3. Na aceção da posição 2202, consideram-se bebidas não alcoólicas as bebidas cujo teor alcoólico em volume não exceda 0,5% vol. As bebidas alcoólicas classificam-se, conforme o caso, nas posições 2203 a 2206 ou na posição 2208.

Nota de Subposição.

1. Na aceção da subposição 2204.10, consideram-se vinhos espumantes e vinhos espumosos os vinhos que apresentem, quando conservados à temperatura de 20 graus centígrados em recipientes fechados, uma sobrepressão igual ou superior a 3 bares.

Nota Complementar (NC).

1. Entende-se por "vinho frisanter" ou "vinho gaseificado", o vinho de mesa de sabor seco ou adocicado, com uma gaseificação máxima de 1,5 atmosferas (1,518 bares) à temperatura de 10 graus centígrados e graduação alcoólica de 10 a 12,5 graus centígrados, em volume (graus Gay Lussac).

2203.00	Cervejas de malte
0100	--- Concentrado de cerveja
02	--- Em recipientes diferentes dos de lata, de capacidade até 1 litro
0201	---- De baixa fermentação
0202	---- De alta fermentação
0300	--- Em lata
0400	--- Em barril ou em recipientes semelhantes
9900	--- Outros

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI "

- 2204 Vinhos de uvas frescas, incluídos os vinhos enriquecidos com álcool;
mostos de uvas, excluídos os da posição 2009
- 2204.10 - Vinhos espumantes e vinhos espumosos
- 0100 --- Champanha
- 0200 --- Moscatel espumante
- 9900 --- Outros
- 2204.2 - Outros vinhos; mostos de uvas cuja fermentação tenha sido impedida
ou interrompida por adição de álcool
- 2204.21 -- Em recipientes de capacidade não superior a 2 litros
- 01 --- Vinhos de mesa
- 0101 ---- Verde
- 0102 ---- Frisante
- 0199 ---- Qualquer outro
- 02 --- Vinhos de sobremesa ou licorosos
- 0201 ---- Da madeira
- 0202 ---- Do porto
- 0203 ---- De xerez
- 0299 ---- Qualquer outro
- 03 --- Mostos de uvas cuja fermentação tenha sido impedida ou interrom-
pida por adição de álcool
- 0301 ---- Não fermentados, adicionados de álcool, compreendendo as mistelas
- 0302 ---- Com fermentação interrompida por adição de álcool, compreendendo
as mistelas
- 2204.29 -- Outros
- 01 --- Vinhos de mesa
- 0101 ---- Verde
- 0102 ---- Frisante
- 0199 ---- Qualquer outro
- 02 --- Vinhos de sobremesa ou licorosos
- 0201 ---- Da madeira
- 0202 ---- Do porto
- 0203 ---- De xerez
- 0299 ---- Qualquer outro



"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI "



- 03 --- Mostos de uvas cuja fermentação tenha sido impedida ou interrompida por adição de álcool
- 0301 ---- Não fermentados, adicionados de álcool, compreendendo as mistelas
- 0302 ---- Com fermentação interrompida por adição de álcool, compreendendo as mistelas
- 2204.30 - Outros mostos de uvas
 - 0100 --- Filtrado doce
 - 9900 --- Outros
- 2205 Vermutes e outros vinhos de uvas frescas preparados com plantas ou substâncias aromáticas
 - 2205.10 - Em recipientes de capacidade não superior a 2 litros
 - 0100 --- Vermutes
 - 0200 --- Quinados
 - 0300 --- Gemados
 - 0400 --- Mistelas compostas
 - 9900 --- Outros
 - 2205.90 - Outros
 - 0100 --- Vermutes
 - 0200 --- Quinados
 - 0300 --- Gemados
 - 0400 --- Mistelas compostas
 - 9900 --- Outros
- 2206.00 Outras bebidas fermentadas (sidra, perada e hidromel, por exemplo)
 - 0100 --- Sidra não gaseificada
 - 0200 --- Sidra gaseificada
 - 0300 --- Perada
 - 0400 --- Hidromel
 - 0500 --- Saquê
 - 0600 --- "Vinho" de jenipapo
 - 0700 --- "Vinho" de abacaxi ou ananás
 - 0800 --- "Vinho" de caju
 - 9900 --- Outros

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI "

- 2208 Alcool etílico não desnaturado, com um teor alcoólico em volume inferior a 80% vol; aguardentes, licores e outras bebidas espirituosas (alcoólicas); preparações alcoólicas compostas, dos tipos utilizados na fabricação de bebidas
- 2208.10 - Preparações alcoólicas compostas, dos tipos utilizados na fabricação de bebidas
- 01 --- Próprias para a elaboração de uísque
- 0101 ---- Destilado alcoólico chamado uísque de malte ("malt whisky") com graduação alcoólica de 59,5° +- 1,5° em volume (graus Gay-Lussac), obtido de cevada maltada
- 0102 ---- Destilado alcoólico chamado uísque de cereais ("grain whisky") com graduação alcoólica de 59,5° +- 1,5°, em volume (graus Gay-Lussac), obtido de cereal não maltado adicionado ou não de cevada maltada
- 0199 ---- Qualquer outro
- 99 --- Outros
- 9901 --- De vinho
- 9902 ---- De bagaço de uva
- 9903 ---- De cana-de-açúcar
- 9904 ---- De melão
- 9905 ---- De frutas
- 9999 ---- Qualquer outra
- 2208.20 - Aguardentes de vinho ou de bagaço de uvas
- 0100 --- Conhaque
- 0200 --- Bagaceira ou graspa
- 9900 --- Outras
- 2208.30 - Uísques
- 0100 --- Em recipientes de capacidade inferior a 3/4 de litro
- 0200 --- Em garrafa (3/4 de litro)
- 0300 --- Em litro
- 9900 --- Outros
- 2208.40 - Cachaça ou caninha (rum e tafiá)
- 0100 --- Rum
- 0200 --- Aguardente de cana ou caninha
- 0300 --- Aguardentes de melão ou cachaça
- 9900 ---- Outros
- 2208.50 - Gim e genebra
- 0100 --- Gim
- 0200 --- Genebra



"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI "

2208.90

- Outros



- 0100 --- Alcool etílico
- 02 --- Aguardentes simples
 - 0201 ---- Vodca
 - 0202 ---- Aguardentes de agave ou de outras plantas ("Tequilla" e seme-
lhantes)
 - 0203 ---- Aguardentes de frutas (de cidra, de ameixa, de cereja ou "kirs-
ch" ou de outros frutos)
 - 0299 ---- Qualquer outra
- 03 --- Aguardentes compostas
 - 0301 ---- De alcatrão
 - 0302 ---- De gengibre
 - 0303 ---- De cascas, polpas, ervas ou raízes
 - 0304 ---- De essências naturais
 - 0305 ---- De essências artificiais
 - 0399 ---- Qualquer outra
- 0400 --- Licores ou cremes (curaçau, marasquino, anisete, cacau, "cherry
brandy" e outros)
- 05 --- Aperitivos e amargos ("Bitter", Ferroquina, "Fernet" e outros)
 - 0501 ---- De alcachofra
 - 0502 ---- De maçã
 - 0599 ---- Qualquer outro
- 0600 --- Batidas
- 99 --- Outros
 - 9901 ---- "Steinhager"
 - 9902 ---- Pisco
 - 9903 ---- Bebida alcoólica de jurubeba
 - 9904 ---- Bebida alcoólica de gengibre
 - 9905 ---- Bebida alcoólica de óleos essenciais de frutas
 - 9999 ---- Qualquer outro

Capítulo 33



óleos essenciais e resinóides; produtos de
perfumaria ou de toucador preparados e
preparações cosméticas

Notas.

1. O presente Capítulo não compreende:

- a) as preparações alcoólicas compostas dos tipos utilizados para a fabricação de bebidas, da posição 2208;
- b) os sabões e outros produtos da posição 3401;
- c) as essências de terebintina, de pinheiro ou provenientes da fabricação da pasta de papel ao sulfato e os outros produtos da posição 3805.

2. As posições 3303 a 3307 aplicam-se, entre outros, aos produtos, misturados ou não, próprios para serem utilizados como produtos daquelas posições e acondicionados para venda a retalho tendo em vista o seu emprego para aqueles usos, exceto águas destiladas aromáticas e soluções aquosas de óleos essenciais.

3. Consideram-se produtos de perfumaria ou de toucador preparados e preparações cosméticas, na acepção da posição 3307, entre outros, os seguintes produtos: sachês (saquinhos contendo partes de planta aromática); preparações odoríferas que atuem por combustão; papéis perfumados e papéis impregnados ou revestidos de cosméticos; soluções líquidas para lentes de contato ou para olhos artificiais; pastas ("ouates"), feltros e falsos tecidos, impregnados, revestidos ou recobertos de perfume ou de cosméticos; produtos de toucador preparados, para animais.

3303.00 Perfumes e águas-de-colônia

0100 --- Perfumes (extratos)

0200 --- Águas-de-colônia

3304 Produtos de beleza ou de maquilagem preparados e preparações para conservação ou cuidados da pele (exceto medicamentos), incluídas as preparações anti-solares e os bronzeadores; preparações para manicuros e pedicuros

3304.10 - Produtos de maquilagem para os lábios

0100 --- Batom, mesmo cremoso ou líquido, e brilho para os lábios

9900 --- Outros

3304.20 - Produtos de maquilagem para os olhos

0100 --- Sombra, delineador, lápis para sobrancelhas, e rímel

9900 --- Outros

3304.30 - Preparações para manicuros e pedicuros

0100 --- Esmaltes para unhas

0200 --- Pós para unhas

0300 --- Dissolvente de esmalte para unhas

0400 --- Base para unhas

9900 --- Outros



- 3304.9 - Outros
- 3304.91 -- Pós, incluídos os compactos
 - 0100 --- Pó-de-arroz
 - 0200 --- Talco e polvilho, com ou sem perfume
 - 9900 --- Outros
- 3304.99 -- Outros
 - 0100 --- Cremes de beleza, inclusive com geléia real de abelha; cremes e loções tônicas
 - 0200 --- Preparados anti-solares, exceto os bronzeadores
 - 0300 --- Preparados bronzeadores
 - 0400 --- Ruge, mesmo cremoso ou líquido
 - 9900 --- Outros
- 3305 Preparações capilares
- 3305.10 - Xampus
 - 0100 --- Com propriedades terapêuticas ou profiláticas
 - 9900 --- Outros
- 3305.20 0000 - Preparações para ondulação ou alisamento, permanentes, dos cabelos
- 3305.30 0000 - Laquês (lacas*) para o cabelo
- 3305.90 - Outras
 - 0100 --- Creme rinse
 - 0200 --- Tinturas e descolorantes para cabelo
 - 0300 --- Fixadores para os cabelos, exceto os laquês
 - 9900 --- Outros
- 3306 Preparações para higiene bucal ou dentária, incluídos os pós e cremes para facilitar a aderência das dentaduras
- 3306.10 0000 - Dentifrícios
- 3306.90 - Outros
 - 0100 --- Preparações para higiene bucal e limpeza dos dentes
 - 0200 --- Pós e cremes para facilitar a aderência de dentaduras
- 3307 Preparações para barbear (antes, durante ou após), desodorantes corporais, preparações para banhos, depilatórios, outros produtos de perfumaria ou de toucador preparados e outras preparações cosméticas, não especificados nem compreendidos em outras posições; desodorantes de ambientes, preparados, mesmo não perfumados, com ou sem propriedades desinfetantes

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI "



- 3307.10 - Preparações para barbear (antes, durante ou após)
 - 0100 --- Cremes para barbear, contendo ou não sabão
 - 0200 --- Loções para após barbear
 - 9900 --- Outros
- 3307.20 - Desodorantes corporais e antiperspirantes
 - 0100 --- Sob forma líquida
 - 9900 --- Outros
- 3307.30 0000 - Sais perfumados e outras preparações para banhos
- 3307.4 - Preparações para perfumar ou para desodorizar ambientes, incluídas as preparações odoríferas para cerimônias religiosas
- 3307.41 0000 -- Agarbate e outras preparações odoríferas que atuem por combustão
- 3307.49 -- Outras
 - 01 --- Desodorantes de ambientes, mesmo não perfumados
 - 0101 ---- Em recipientes tipo aerossol
 - 0199 ---- Qualquer outro
 - 9900 --- Outros
- 3307.90 - Outros
 - 0100 --- Papéis impregnados, revestidos ou recobertos de perfume ou de cosméticos
 - 0200 --- Partes de plantas aromáticas em saquinhos (sachês)
 - 0300 --- Depilatórios
 - 0400 --- Preparações para animais (xampus, banhos etc.)
 - 0500 --- Soluções para lentes de contato ou para olhos artificiais
 - 06 --- Falsos tecidos impregnados, ou revestidos ou recobertos de perfume ou de cosméticos
 - 0601 ---- Acondicionados para venda a retalho
 - 0699 ---- Qualquer outro
 - 9900 --- Outros



Capítulo 24

Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados

Nota.

1. O presente Capítulo não compreende os cigarros medicamentosos (Capítulo 30).

Nota complementar (NC).

1. Entende-se por:

- a) cigarrilha - o produto com capa de folha de fumo em estado natural, envolvendo fumo ou seus sucedâneos desfiados, picados, migados ou em pó;
- b) charuto - o produto com capa de folha de fumo em estado natural, envolvendo folha de fumo ou de seus sucedâneos inteiras, picadas ou partidas;
- c) cigarro - o produto de fumo ou de seus sucedâneos, cuja capa não seja de folha de fumo em estado natural.

0100 --- Charutos

0200 --- Cigarrilhas

2402.20 - Cigarros contendo fumo (tabaco)

0100 --- Feitos a mão

9900 --- Outros

2402.90 - Outros

0100 --- Charutos

0200 --- Cigarrilhas

03 --- Cigarros

0301 ---- Feitos a mão

0399 ---- Qualquer outro

2403 Outros produtos de fumo (tabaco) e seus sucedâneos, manufaturados; fumo (tabaco) "homogeneizado" ou "reconstituído"; extratos e molhos, de fumo (tabaco)

2403.10 - Fumo (tabaco) para fumar, mesmo contendo sucedâneos de fumo (tabaco) em qualquer proporção

0100 --- Picado, desfiado, migado ou em pó

0200 --- Em corda ou em rolo

9900 --- Outros

.....



SINOPSE

Projeto de Lei do Senado nº 214, de 1995

Cria área de livre comércio nos Municípios de Corumbá e Ladário, Estado do Mato Grosso do Sul.

Apresentado pelo Senador Ramez Tebet

Lido no expediente da Sessão de 29/06/95, e publicado no DCN (Seção II) de 30/06/95. Despachado à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE (decisão terminativa), onde poderá receber emendas, após publicado e distribuído em avulsos, pelo prazo de 5 dias úteis.

Em 28/06/96, leitura do Parecer nº 373/96-CAE, relatado pelo Senador Ludio Coelho, favorável à matéria. Abertura de prazo de 5 dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 213 e 214/95, sejam apreciados pelo Plenário.

Em 08/08/96, a Presidência comunica ao Plenário o término do prazo, ontem, para interposição do recurso previsto nos parágrafos 3º a 5º do art. 91, do Regimento Interno. À Câmara dos Deputados com o SF/Nº. 1183/96

rfr/.



Ofício nº 1183 (SF)

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 214, de 1995, constante dos autógrafos em anexo, que "cria área de livre comércio nos Municípios de Corumbá e Ladário, Estado do Mato Grosso do Sul".

Senado Federal, em 09 de agosto de 1996

Senador Ernandes Amorim
Primeiro-Secretário, em exercício

PRIMEIRA SECRETARIA

Em, 12/08/96

Ao Senhor Secretário -Ge
ral da Mesa.

Deputado BENEDITO DOMINGOS
Terceiro Secretário em
exercício da Primeira Se-
cretaria.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Wilson Campos
DD. Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
rfr/.

Lote: 75 Caixa: 114
PL N° 2263/1996
21

SECRETARIA - GERAL DA MP	
Recebido	
Orgão	1ª Secretário
Data:	12/08/96
Ass:	Junf
Hora:	10:15
Ponto:	5754



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, DE 1995

Cria a Zona de Livre Comércio do Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É criada a Zona de Livre Comércio – ZLC – de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, a qual compreende a extensão integral do Município de mesmo nome.

Art. 2º. Fica instituído regime fiscal para a ZLC de Corumbá, definido nesta Lei.

Parágrafo único. Podem beneficiar-se do regime referido no caput deste artigo as empresas autorizadas a operar na ZLC.

Art. 3º. A entrada na ZLC de mercadorias de proveniências estrangeiras far-se-á com a suspensão do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados, convertida em isenção, quando forem elas destinadas a:

I – vendas na Zona de Livre Comércio, para consumo e uso dentro de seu perímetro;

II – beneficiamento e transformação industrial de matérias primas minerais e demais origens extrativas, bem como agrícolas e da pecuária;

III – operação de atividades de turismo e demais serviços na ZLC;

IV – exportação.

Art. 4º. As seguintes destinações habilitarão também os interessados a obter a conversão em isenção dos impostos suspensos nos termos do art. 3º:

I – bagagem acompanhada de viajantes, observados os limites fixados pelo Poder Executivo, por intermédio da Secretaria da Receita Federal;

II – remessas postais para o restante do País, nas condições determinadas pela legislação específica.

Art. 5º. Excetuados os casos previstos nos artigos 3º e 4º, as mercadorias de proveniência estrangeira, que saírem da ZLC para o restante do País, estarão sujeitas à tributação no momento de sua internação, sendo tratadas, para efeitos fiscais e administrativos como importações normais.

Art. 6º. As importações de mercadorias destinadas à ZLC ficam sujeitas aos procedimentos normais de importação, para fazerem jus ao desembaraço aduaneiro.

Art. 7º. Os bens nacionais ou nacionalizados que entrarem na ZLC estarão isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando destinados às atividades indicadas nos incisos do art. 3º desta Lei.

Parágrafo único. É concedido crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados, relativo às matérias-primas e demais insu-

mos empregados na transformação industrial dos bens a que se refere o caput.

Art. 8º. Excluem-se dos benefícios fiscais assegurados por esta Lei os seguintes produtos:

I – armas e munições;

II – veículos de passageiros, exceto ambulâncias, carros funerários, carros celulares e jipes;

III – bebidas alcoólicas, exceto as posições 2208.10 e 2208.90.0100 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias;

IV – produtos de perfumaria, toucador e cosméticos;

V – fumo e seus derivados.

Art. 9º. O Poder Executivo regulamentará a aplicação dos regimes aduaneiros especiais das mercadorias de proveniência estrangeira destinadas à ZLC, bem como os dos bens que dela saírem.

Art. 10. O Banco do Brasil estabelecerá os procedimentos cambiais aplicáveis às transações realizadas no âmbito da ZLC.

Art. 11. O limite global para as importações da ZLC será determinado pelo Poder Executivo, conforme os critérios aplicados em relação às demais ZLC autorizadas a funcionar no País.

Art. 12. A ZLC de Corumbá será administrada por um Conselho incumbido também de promover e coordenar a implantação da Zona.

§ 1º. O Conselho de Administração será composto por:

I – dois representantes do Governo Federal;

II – um representante do Governo Estadual;

III – um representante do Município.

§ 2º. A designação, rotativa, da presidência e o processo decisório no âmbito do Conselho serão regulamentados pelo Poder Executivo, em consonância com o sistema adotado nas demais Zonas de Livre Comércio em operação no País.

Art. 13. As isenções e benefícios instituídos por esta lei valerão pelo prazo de vinte e cinco anos, a contar da implantação da Zona.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Corumbá está situada numa das áreas de fronteira internacional, do Estado de Mato Grosso do Sul, mais remotas em relação aos principais eixos do fluxo interestadual de bens e serviços. Essa posição, por si só, recomenda a adoção de medidas em favor do desenvolvimento daquela cidade e de seu entorno, uma vez que, desprovida de quaisquer fatores de dinamização, sua economia e sua própria vida cultural tenderiam a desgarrar-se crescentemente da interação com as demais regiões do Estado e do País.

Esse quadro tornou-se ainda mais agudo pelo fato de estar-se concentrando do outro lado da fronteira um conjunto de atividades, inclusive as de natureza turística, ensejadas pelo elevado e crescente número de pessoas, provenientes do próprio País, que se

dirigem à Bolívia, a fim de fazer compras, facilitadas pela existência em Quijarro de uma zona de livre comércio. Ademais, incentivos a investimentos industriais do lado boliviano reforçaram a capacidade de atração da cidade boliviana, por ter ensejado maior dimensão de seu comércio, com maior oferta de bens importados.

Essa atração, exercida do lado externo da fronteira, faz com que a queda de atividades se torne mais grave naquela cidade brasileira, que, como as demais fronteiriças, um tanto à margem dos principais eixos de interação econômica positiva em território brasileiro, sofre particularmente com a redução do consumo, das vendas e da produção, que está afetando, de forma geral, os segmentos produtivos da economia em todo o Brasil.

O processo de dinamização de Corumbá, a ser incentivado por meio da promoção de seus recursos turísticos e de suas vanta-

gens para a prestação de serviços e para a industrialização de insumos regionais, certamente se refletirá em aumento do intercâmbio com as demais áreas do Estado, além de, no imediato, aliviar a grave escassez de emprego e de geração de receita fiscal que, neste momento, atingem pesadamente o Município, sem perspectivas de reversão, se faltarem medidas em profundidade.

Sala das Sessões, 29 de junho de 1995. — Senador **Ramez Tebet**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos — decisão terminativa.)

Publicado no DCN. (Seção II), de 30.06.95



Lote: 75
Caixa: 114
PL Nº 2263/1996
22



PARECER Nº 373, DE 1996

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 214, de 1995, que "Cria a Zona de Livre Comércio do Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências."

Relator: Senador **LUDIO COELHO**

1. RELATÓRIO

Através do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 1995, propõe o nobre Senador RAMEZ TEBET a criação da Zona de Livre Comércio de Corumbá – ZLCC, no Mato Grosso do Sul.

2. O regime fiscal especial, que beneficia as empresas autorizadas a operar na ZLCC, vigorará por vinte e cinco anos e prevê:

A – Isenção dos impostos sobre importação e produtos industrializados na entrada na ZLCC de mercadorias estrangeiras destinadas a:

- 1) "vendas na ZLCC, para consumo e uso dentro de seu perímetro;
- 2) beneficiamento e transformação industrial de matérias primas minerais e demais origens extrativas, bem como agrícolas e da pecuária;
- 3) operação de atividades de turismo e demais serviços na ZLCC;
- 4) exportação;



5) *bagagem acompanhada de viajantes, observados os limites fixados pelo Poder Executivo, por intermédio da Secretaria da Receita Federal;*

6) *remessas postais para o restante do País, nas condições determinadas pela legislação específica."*

B – Isenção do IPI para os bens nacionais ou nacionalizados que entrarem na ZLCC, quando destinados às atividades descritas anteriormente nos itens 1 a 4.

C – Crédito do IPI relativo às matérias-primas e insumos empregados na industrialização dos bens referidos em "B".

3. São excluídos dos benefícios fiscais os seguintes produtos: armas e munições; veículos de passageiros (exceto ambulância, carros funerários, carros celulares e jipes); bebidas alcoólicas (exceto os produtos compreendidos nos códigos 2208.10 e 2208.90.0100 da NBM); produtos de perfumaria, toucador e cosméticos; fumo e derivados.

4. Às mercadorias importadas pela ZLCC aplicar-se-ão as seguintes normas:

I – estarão sujeitas a limite global fixado pelo Poder Executivo;

II – serão objeto dos procedimentos normais de importação;

III – poderão ser internadas no restante do País, desde que submetidas à tributação e aos procedimentos fiscais e administrativos próprios das importações.

5. Prevê o projeto que a implantação e a administração da ZLCC sejam feitas por um Conselho composto de quatro representantes dos três níveis de governo, sendo dois do Federal, um do Estadual e um do Municipal. O Poder Executivo regulamentaria o processo decisório no âmbito do Conselho, "em



consonância com o sistema adotado nas demais zonas de livre comércio em operação no País".

6. Na justificação, relembra o nobre parlamentar mato-grossense a posição geográfica de Corumbá, em área fronteiriça à Bolívia, e remota em relação aos principais eixos comerciais. Tal posição tende a desgarrá-la da interação com as demais regiões do Estado e do País. Um novo fator veio agravar este quadro. Do outro lado da fronteira, surgiu, em Quijarro, uma zona de livre comércio. Reforçada por investimentos industriais decorrentes de incentivos, aquela cidade boliviana tornou-se pólo de atração comercial para corumbaenses e brasileiros de outras localidades, em detrimento de Corumbá, que passou a sofrer com a redução do consumo, das vendas e da produção.

7. Ao concluir sua justificação, assim se expressa o autor:

"O processo de dinamização de Corumbá, a ser incentivado por meio da promoção de seus recursos turísticos e de suas vantagens para a prestação de serviços e para a industrialização de insumos regionais, certamente se refletirá em aumento do intercâmbio com as demais áreas do Estado, além de, no imediato, aliviar a grave escassez de emprego e de geração de receita fiscal que, neste momento, atingem pesadamente o município, sem perspectivas de reversão, se faltarem medidas em profundidade."

É o relatório.

II – VOTO

8. As áreas de livre comércio – ALC têm sido largamente utilizadas em todo o mundo como instrumento de desenvolvimento regional, especialmente em áreas fronteiriças, distantes dos grandes centros produtores e consumidores. Ao serem liberados os impostos incidentes sobre os produtos nacionais e estrangeiros, criam-se novas oportunidades de negócios, que geram emprego e renda, contribuindo, assim, para a melhoria do nível de vida das populações beneficiadas. As ALC impulsionam, ainda, o turismo e a integração das comunidades beneficiadas com a região e o país em que se situam.



9. Nos últimos cinco anos, sob o impulso da exitosa Zona Franca de Manaus, foram criadas, no Brasil, sete áreas de livre comércio, a saber: Tabatinga - AM, em 1989; Guarajá-Mirim - RO, Pacaraima-RR, Bonfim-RR e Macapá/Santana-AP, em 1991; Brasília/Epitaciolândia-AC e Cruzeiro do Sul-AC, em 1994. As áreas de livre comércio amazonense, amapaense e rondoniana, já instaladas, vêm funcionando a contento. As demais, do Acre e Roraima, estão em processo de organização. O fato de governos tão diferentes - Sarney, Collor e Itamar - terem promovido ou apoiado a criação destas áreas em cinco estados só confirma a oportunidade desta iniciativa.

10. Corumbá é um município que apresenta condições propícias à expansão comercial, pois possui aeroporto internacional, porto às margens do rio Paraguai, rodovia asfaltada e conexão ferroviária com a Bolívia e o resto do País. Sua localização, no coração do pantanal, exerce forte atração turística para brasileiros e estrangeiros, praticantes do ecoturismo. Mas, Corumbá, que é a principal porta de entrada do Brasil na Bolívia, tem sofrido a concorrência desigual do comércio de Quijarro e Puerto Suarez, cidades bolivianas próximas, abarrotadas de produtos estrangeiros, que ali ingressam em condições fiscais extremamente favoráveis, dada a existência de zona franca na fronteira boliviana. Mesmo os produtos brasileiros introduzidos naquelas cidades bolivianas concorrem, em condições mais favoráveis, com os similares brasileiros vendidos em Corumbá e Ladário, pois, enquanto aqueles são exportados para o país vizinho com imunidade de impostos (IPI, ICMS), isenção de contribuições (COFINS, PIS-PASEP) e financiamento favorecido, estes têm seus preços onerados por pesada carga tributária.

11. O poder público tem a obrigação de corrigir as distorções apontadas, sob pena de ser visto, naquela região, como inimigo do próprio interesse nacional. E não há outra solução, a não ser a indicada no presente projeto de lei.

12. É necessário, contudo, aperfeiçoar o seu texto, com vistas a uniformizá-lo com as leis que instituíram e modificaram as normas relativas às áreas de livre comércio já criadas no País. Trata-se das Leis nº 7.965, de dezembro de 1989; nº 8.210, de 19 de julho de 1991; nº 8.256, de 25 de novembro de 1991; nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991 (art. 11); e nº 8.857, de



8 de março de 1994; todas alteradas pelas Leis nº 8.981, de 23 de janeiro de 1995; e nº 9.065, de 20 de junho de 1995.

O quadro comparativo em anexo, que constitui parte integrante do meu voto, relaciona, uma a uma, as alterações propostas no substitutivo que apresento ao final. As principais alterações consistem em:

- a) substituir a expressão "zona" por "área" (de livre comércio), por ser aquele termo inadequado para designar o instituto aduaneiro de que se trata;
- b) incluir o Município de Ladário-MS, por ser contíguo ao de Corumbá e constituírem ambos uma unidade econômica;
- c) incluir, entre as atividades incentivadas, a agropecuária, a piscicultura e a construção e reparo naval;
- d) excluir da isenção tributária as remessas postais para o restante do País;
- e) eliminar das exceções ao benefício da isenção do IPI os "produtos de perfumaria, toucador e cosméticos" de origem nacional;
- f) modificar o art. 12 que cria um Conselho de Administração, por contrariar o disposto na Constituição Federal, art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e" e por ser mais conveniente deixar a critério do Poder Executivo a designação do órgão administrador da ALCCL;
- g) suprimir o art. 13 que fixa prazo de vinte e cinco anos para vigência dos benefícios fiscais, pois, por ser um prazo extremamente longo, estaria "engessando" a economia local e condicionando a ação do Congresso Nacional, uma vez que isenção por prazo certo não pode ser revogada por lei.

13. A conformidade do substitutivo com a Constituição é irrepreensível. Versa sobre matéria de competência privativa da União (arts. 22, VIII e 153, I e IV), cuja iniciativa é facultada a qualquer parlamentar (art. 61) e não fere



qualquer dispositivo da Carta Magna. Também estão atendidas a técnica legislativa e a juridicidade. Quanto a este último aspecto, convém ressaltar que o projeto não contradiz os acordos internacionais firmados pelo Brasil, em especial o Tratado de Assunção, relativo à criação do MERCOSUL e as decisões dele decorrentes. A ALCCL não criará nenhum problema para os parceiros do MERCOSUL, porque atenderá ao disposto no art. 2º da Decisão nº 8/94 do Conselho do Mercado Comum; ou seja, os produtos de origem estrangeira que deixarem a ALCCL para ingressar em qualquer país membro, inclusive o Brasil, terão o tratamento da Tarifa Externa Comum ou da Tarifa Nacional de cada país, conforme o caso. É importante, ainda, destacar que a ALCCL não se caracteriza como zona franca industrial; não está recebendo os amplos incentivos – isenção do IPI e redução do imposto de importação – aplicados aos produtos industrializados na Zona Franca de Manaus e internados no País. A renúncia fiscal é, pois, de pequena monta, favorecendo apenas o consumo local de uma pequena população.

14. Pelas razões expostas, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 1995, na forma do substitutivo abaixo:

Emenda nº 1-CAE

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214 (SUBSTITUTIVO), DE 1995

*Cria área de livre comércio nos
Municípios de Corumbá e Ladário,
Estado de Mato Grosso do Sul.*

Art. 1º É criada, nos Municípios de Corumbá e Ladário, Estado de Mato Grosso do Sul, área de livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial, estabelecida com a finalidade de promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças daquele Estado e com o objetivo de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana.

Art. 2º O Poder Executivo fará demarcar as áreas contínuas envolvendo, inclusive, os perímetros urbanos dos Municípios de Corumbá e Ladário, onde será instalada a Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário –



ALCCL, incluindo locais apropriados para o entrepostamento de mercadorias a serem nacionalizadas ou reexportadas.

Parágrafo único. Consideram-se integrantes da Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário – ALCCL todas as suas superfícies territoriais, observadas as disposições dos tratados e convenções internacionais.

Art. 3º As mercadorias estrangeiras ou nacionais enviadas à Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário – ALCCL serão, obrigatoriamente, destinadas a empresa autorizada a operar nessa área.

Art. 4º A entrada de mercadorias estrangeiras na Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário – ALCCL far-se-á com suspensão dos Impostos sobre a Importação e sobre Produtos Industrializados, que será convertida em isenção, quando as mercadorias forem destinadas a:

I – consumo e venda interna na Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário – ALCCL,

II – beneficiamento, em seu território, de pescado, pecuária, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola ou florestal;

III – agropecuária e piscicultura;

IV – instalação e operação de turismo e serviços de qualquer natureza;

V – estocagem para comercialização no mercado externo;

VI – atividades de construção e reparos navais; e

VII – bagagem acompanhada de viajantes, observados os limites fixados pelo Poder Executivo por intermédio da Secretaria da Receita Federal.

§ 1º As demais mercadorias estrangeiras, inclusive as utilizadas como partes, peças ou insumos de produtos industrializados na Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário – ALCCL, gozarão de suspensão dos tributos referidos neste artigo, mas estarão sujeitas à tributação no momento de sua internação.

§ 2º Não se aplica o regime fiscal previsto neste artigo a:

- a) armas e munições de qualquer natureza;
- b) automóveis de passageiros;
- c) bebidas alcoólicas;
- d) perfumes;
- e) fumo e seus derivados.



Art. 5º A compra de mercadorias estrangeiras armazenadas na Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário – ALCCL por empresas estabelecidas em qualquer outro ponto do território nacional, é considerada, para efeitos administrativos e fiscais, como importação normal.

Art. 6º Os produtos nacionais ou nacionalizados, que entrarem na Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário – ALCCL, estarão isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando destinados às finalidades mencionadas no **caput** do art. 4º.

§ 1º Ficam asseguradas a manutenção e a utilização dos créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados relativos às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos produtos entrados na área de livre comércio.

§ 2º Estão excluídos dos benefícios fiscais de que trata este artigo os produtos abaixo, compreendidos nos capítulos e/ou nas posições indicadas da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, aprovada pela Resolução nº 75, de 22 de abril de 1988, do Comitê Brasileiro de Nomenclatura, com alterações posteriores:

- a) armas e munições: capítulo 93;
- b) veículos de passageiros: posição 8703 do capítulo 87, exceto ambulâncias, carros funerários, carros celulares e jipes;
- c) bebidas alcoólicas: posições 2203 a 2206 e 2208 (exceto 2208.10 e 2208.90.0100) do capítulo 22;
- d) fumo e seus derivados: capítulo 24.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a aplicação de regimes aduaneiros especiais para as mercadorias estrangeiras destinadas à Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário – ALCCL, assim como para as mercadorias dela procedentes.

Art. 8º O Banco Central do Brasil normatizará os procedimentos cambiais aplicáveis às operações da Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário – ALCCL, criando mecanismos que favoreçam seu comércio exterior.



Art. 9º Os limites para as importações através da Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário - ALCCL serão fixados anualmente pelo Poder Executivo, no ato em que o fizer para as demais áreas de livre comércio.

Parágrafo único. A critério do Poder Executivo, poderão ser excluídas do limite global as importações de produtos pela Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário - ALCCL, destinadas exclusivamente à reexportação, vedada a remessa de divisas correspondentes, e observados, quando reexportados tais produtos, todos os procedimentos legais aplicáveis às exportações brasileiras.

Art. 10. A Secretaria da Receita Federal exercerá a vigilância na Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário - ALCCL e a repressão ao contrabando e ao descaminho, sem prejuízo da competência do Departamento de Polícia Federal.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá assegurar os recursos materiais e humanos necessários aos serviços de fiscalização e controle aduaneiro da Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário - ALCCL.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 17 de maio de 1995

, Presidente

, Relator



COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, DE 1995

ASSINARAM O PARECER EM 17 DE ABRIL DE 1996 OS
SENHORES SENADORES:

GILBERTO MIRANDA : Presidente
LÚDIO COELHO: Relator

VILSON KLEINÜBING (vencido)
JOEL DE HOLLANDA
JÚNIA MARISE
NEY SUASSUNA
LAURO CAMPOS
BELLO PARGA
JOÃO ROCHA
JONAS PINHEIRO
EDUARDO SUPPLY
CARLOS BEZERRA
OSMAR DIAS
ROBERTO REQUIÃO



COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GILVAN BORGES				MARLUCE PINTO			
GILBERTO MIRANDA				MAURO MIRANDA			
NEY SUASSUNA	X			ROBERTO REQUIÃO	X		
ONOFRE QUINAN				RONALDO CUNHA LIMA			
CARLOS BEZERRA	X			PEDRO SIMON			
FERNANDO BEZERRA				CASILDO MALDANER			
RAMEZ TEBET				GERSON CAMATA			
JOSÉ FOGAÇA				JÁDER BARBALHO			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO C. MAGALHÃES				JOEL DE HOLLANDA	X		
VILSON KLEINÜBING		X		JOSAPHAT MARINHO			
JONAS PINHEIRO	X			WALDECK ORNELAS			
BELLO PARGA	X			ROMERO JUCÁ			
FREITAS NETO				JOSÉ BIANCO			
JOÃO ROCHA	X			ELCIO ALVARES			
VAGO				HUGO NAPOLEÃO			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
BENI VERAS				LÚDIO COELHO	X		
JEFFERSON PERES				SÉRGIO MACHADO			
PEDRO PIVA				LÚCIO ALCÂNTARA			
GERALDO MELO				JOSÉ ROBERTO ARRUDA			
OSMAR DIAS	X			COUTINHO JORGE			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ESPERIDIÃO AMIN				EPITÁCIO CAFETEIRA			
JOSÉ BONIFÁCIO				LUCÍDIO PORTELLA			
TITULARES - PT	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PT	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LAURO CAMPOS	X			JOSÉ EDUARDO DUTRA			
EDUARDO SUPPLY	X			VAGO			
TITULARES - PDI	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDI	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JUNIA MARISE	X			SEBASTIÃO ROCHA			
TITULARES - PSB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ADEMIR ANDRADE				ANTONIO C. VALADARES			
	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO				
TOTAL	12	1					

Comissão de Assuntos Econômicos
22/04/2010
Fls. 24



I3C06* 'COPY' SOLICITADA POR SIGRID

SIGRID TAPAJÓS TAVORA
SIGRID

SEARCH - QUERY
00001 PLS A 00214 1995

PLS002141995 DOCUMENT= - 1 OF 1

IDENTIFICAÇÃO

NUMERO NA ORIGEM : PLS 00214 1995 PROJETO DE LEI (SF)
ORGÃO DE ORIGEM : SENADO FEDERAL 29 06 1995
SENADO : PLS 00214 1995

AUTOR SENADOR : RAMEZ TEBET PMDB MS
EMENTA CRIA A ZONA DE LIVRE COMERCIO DO MUNICIPIO DE CORUMBA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

INDEXAÇÃO FIXAÇÃO, NORMAS, CRIAÇÃO, ZONA DE LIVRE COMERCIO, MUNICIPIO, CORUMBA, ESTADO, (MTS).
FIXAÇÃO, CRITERIOS, ISENÇÃO, IMPOSTOS, MERCADORIA, MERCADORIA ESTRANGEIRA, IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO, (IPI), VENDA, ZONA DE LIVRE COMERCIO, CONSUMO, UTILIZAÇÃO, BENEFICIAMENTO, TRANSFORMAÇÃO, INDUSTRIA, MATERIA PRIMA, MINERIO, AGRICULTURA PECUARIA, ATIVIDADE, TURISMO, EXPORTAÇÃO.
FIXAÇÃO, REQUISITOS, MERCADORIA ESTRANGEIRA, SAIDA, ZONA DE LIVRE COMERCIO, PAIS, TRIBUTAÇÃO, HIPOTESE, IMPORTAÇÃO.
EXCLUSÃO, BENEFICIO FISCAL, ARMA, MUNIÇÃO, VEICULO AUTOMOTOR, VEICULOS, PASSAGEIRO, EXCLUSÃO, BEBIDA ALCOOLICA, PRODUTO, PERFUMARIA, COSMETICOS, FUJMO, DERIVADOS.
COMPETENCIA, ADMINISTRAÇÃO, ZONA DE LIVRE COMERCIO, MUNICIPIO, CORUMBA, ADMINISTRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, CONSELHO ADMINISTRAÇÃO.

DESPACHO INICIAL (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONOMICOS (CAE)

ULTIMA AÇÃO RMCD REMETIDO A CAMARA DOS DEPUTADOS
08 08 1996 (SF) MESA DIRETORA
DESPACHO A CAMARA DOS DEPUTADOS.
DSF 09 08 PAG 13668.

ENCAMINHADO A : (SF) SUBSECRETARIA DO EXPEDIENTE (SF)(SSEXP) EM 08 08 1996

TRAMITAÇÃO 29 06 1995 (SF) PLENARIO (PLEN) LEITURA.
29 06 1995 (SF) MESA DIRETORA
DESPACHO A CAE (DECISÃO TERMINATIVA), ONDE PODERA RECEBER EMENDAS PELO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS UTEIS, APOS PUBLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO EM AVULSOS.
DCN2 30 06 PAG 11336.
07 08 1995 (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONOMICOS (CAE) ENCERRAMENTO PRAZO SEM APRESENTAÇÃO DE EMENDAS.
07 08 1995 (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONOMICOS (CAE) RELATOR SEN LUDIO COELHO.
22 08 1995 (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONOMICOS (CAE) DEVOLVIDO PELO RELATOR, COM MINUTA DE RELATORIO FAVORAVEL NA FORMA DO SUBSTITUTIVO QUE APRESENTA, CUJA COPIA FOI ANEXADA AO PROCESSADO.
26 08 1995 (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONOMICOS (CAE) CONCEDIDA VISTA AO SEN EDUARDO SUPPLY, PELO PRAZO



24 11 1995 REGIMENTAL DE 05 (CINCO) DIAS UTEIS.
(SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONOMICOS (CAE)
DEVOLVIDA PELO SEN EDUARDO SUPPLY, SEM VOTO EM
SEPARADO, ESTANDO A MATERIA EM CONDIÇÕES DE SER
INCLUIDA NA PAUTA DE REUNIÃO DA COMISSÃO.

17 04 1996 (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONOMICOS (CAE)
PARECER, SEN LUDIO COELHO, FAVORAVEL NOS TERMOS DO
SUBSTITUTIVO QUE APRESENTA; A MATERIA SERA SUBMETIDA A
TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO.

25 06 1996 (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONOMICOS (CAE)
NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS NA DISCUSSÃO SUPLEMENTAR
SENDO O SUBSTITUTIVO DADO COMO DEFINITIVAMENTE ADOTADO.

28 06 1996 (SF) PLENARIO (PLEN)
LEITURA PARECER 372 - CAE.
DSF 29 06 PAG 11017 A 11054.

28 06 1996 (SF) PLENARIO (PLEN)
COMUNICAÇÃO PRESIDENCIA RECEBIMENTO DO OF. 121, DO
PRESIDENTE DA CAE, COMUNICANDO A APROVAÇÃO DO PROJETO,
SENDO ABERTO O PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS UTEIS PARA
INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, POR UM DECIMO DA COMPOSIÇÃO DA
CASA, PARA QUE A MATERIA SEJA APRECIADA PELO PLENARIO.
DSF 29 06 PAG 11089.

08 08 1996 (SF) PLENARIO (PLEN)
COMUNICAÇÃO PRESIDENCIA TERMINO PRAZO SEM INTERPOSIÇÃO
RECURSO, PREVISTO NOS PARAGRAFOS TERCEIRO A QUINTO, DO
ART. 91, DO REGIMENTO INTERNO.

I0601* FIM DE DOCUMENTOS NA LISTA. TECLE ENTER OU OUTRO COMANDO.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

E R R A T A

(Republica-se em virtude de novo despacho do Sr. Presidente:)

ONDE SE LÊ:

PROJETO DE LEI Nº 2.263, DE 1996
(DO SENADO FEDERAL)
PLS Nº 214/95

Cria área de livre comércio nos Municípios de Corumbá e Ladário, Estado do Mato Grosso do Sul.

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54))

LEIA-SE:

PROJETO DE LEI Nº 2.263, DE 1996
(DO SENADO FEDERAL)
PLS Nº 214/95

Cria área de livre comércio nos Municípios de Corumbá e Ladário, Estado do Mato Grosso do Sul.

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

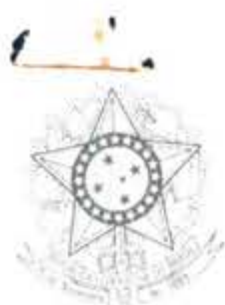
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 2.263/96

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 1/4/97, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 9 de abril de 1997

Anamélia R.C. de Araújo
ANAMÉLIA RIBEIRO CORREIA DE ARAÚJO
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PROJETO DE LEI Nº 2.263, DE 1996

Cria área de livre comércio nos Municípios de Corumbá e Ladário, Estado do Mato Grosso do Sul.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado RUBEM MEDINA

PARECER VENCEDOR

I - RELATÓRIO

A proposição em tela, cujo número, na Casa Alta, é o 214, de 1995, foi relatada, nesta Comissão, pelo nobre Deputado João Pizzolatti, que lhe deu parecer favorável, com emenda. Todavia, o Plenário do Colegiado entendeu de forma diversa, opinando pela rejeição do projeto.

Em decorrência, fomos distinguidos, pelo Sr. Presidente, com a incumbência de redigir o parecer vencedor, em obediência ao art. 57, XII do Regimento Interno, o que passamos a proceder.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

II - VOTO DO RELATOR



Já perdemos a conta da quantidade de pleitos relativos à criação de áreas de livre comércio que transitaram pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

O assunto foi exaustivamente debatido em nosso Colegiado, tendo-se chegado à conclusão de que a proliferação de ALC's em nada contribuirá para o desenvolvimento regional ou nacional, propiciando, ao contrário, a possibilidade de vultosa evasão fiscal, justo num momento crítico para as contas públicas brasileiras.

Este é o motivo pelo qual, democrática e programaticamente, esta Comissão optou por rejeitar as proposições relativas à matéria. Não por outro motivo, foi derrotado o parecer do ilustre Relator que nos antecedeu.

Por todo o exposto, **votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.263, de 1996.**

Sala da Comissão, em de de 1998 .


Deputado **RUBEM MEDINA**
Relator

806295.00103



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PROJETO DE LEI Nº 2.263, DE 1996

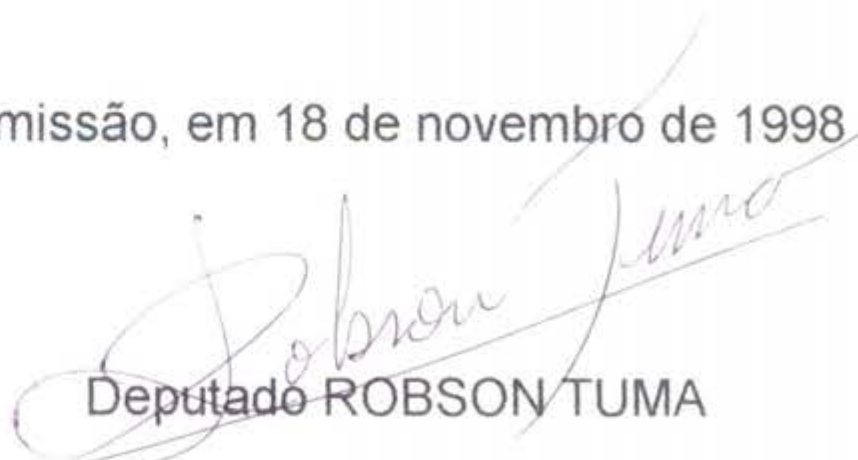
III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Economia, Indústria e Comércio, em reunião ordinária realizada hoje, REJEITOU, unanimemente, o Projeto de Lei nº 2.263/96, nos termos do parecer do Deputado Rubem Medina, designado relator do vencedor. O parecer do Deputado João Pizzolatti, primitivo relator, passou a constituir voto em separado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Robson Tuma - Presidente, Luiz Braga, Herculano Anghinetti e Antônio do Valle - Vice-Presidentes, Airton Dipp, Edison Andrino, Hugo Rodrigues da Cunha, José Coimbra, Moisés Bennesby, Odacir Klein, Rubem Medina, Arolde de Oliveira, Carlos Melles, Cunha Lima, Francisco Dornelles, Germano Rigotto, José Machado, Luiz Carlos Hauly, Luiz Mainardi e Renato Johnsson.

Sala da Comissão, em 18 de novembro de 1998


Deputado ROBSON TUMA
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 2.263, DE 1996

Cria área de livre comércio nos municípios de Corumbá e Ladário, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Autor: Senado Federal

Relator: Deputado João Pizzolatti

VOTO EM SEPARADO

I - RELATÓRIO

O presente projeto, oriundo do Senado Federal, trata da criação de uma área de livre comércio - ALC, abrangendo os municípios de Corumbá e Ladário, no Estado do Mato Grosso do Sul. De autoria do nobre Senador Ramez Tebet, o projeto foi relatado com rara competência pelo ilustre Senador Ludio Coelho, cujo substitutivo contribuiu, sobremaneira, para o seu aperfeiçoamento.

A finalidade da ALC é promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças do Estado do Mato Grosso do Sul e incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana.

A estrutura do projeto e os benefícios que concede são semelhantes aos observados em outros projetos da espécie que já tramitaram por esta Comissão.

Durante sua tramitação no Senado o projeto não recebeu emendas e foi aprovado com apenas um voto contrário.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

II - VOTO DO RELATOR

Correndo o risco de ser repetitivo, uma vez que este assunto já esteve em discussão nesta Comissão inúmeras vezes, sinto-me na obrigação de analisar, com algum vagar, a proposição que ora relato, uma vez que chega a esta Casa com o respaldo do voto favorável de um número tão grande de Senadores da República.

Não podemos continuar tratando as áreas de livre comércio de forma axiomática, como um tabu que, por princípio, é visto como contrário aos interesses nacionais e cuja criação, portanto, deve ser evitada a qualquer custo.

Em seu lúcido relatório, o Senador Ludio Coelho lembra que as ALC "têm sido largamente utilizadas em todo o mundo como instrumento de desenvolvimento regional, especialmente em áreas fronteiriças, distantes dos grandes centros produtores e consumidores."

Além do mais, afirma que "Corumbá, que é a principal porta de entrada do Brasil na Bolívia, tem sofrido a concorrência desigual do comércio de Quijarro e Puerto Suarez, cidades bolivianas próximas, abarrotadas de produtos estrangeiros, que ali ingressam em condições fiscais extremamente favoráveis, dada a existência de zona franca na fronteira boliviana".

Mais grave do que isso, como ressalta com muita propriedade o nobre Senador, é que "mesmo os produtos brasileiros introduzidos naquelas cidades bolivianas concorrem, em condições mais favoráveis, com os similares brasileiros vendidos em Corumbá e Ladário, pois, enquanto aqueles são exportados para o País vizinho com imunidade de impostos (IPI, ICMS), isenção de contribuições (COFINS, PIS-PASEP) e financiamento favorecido, estes têm seus preços onerados por pesada carga tributária".

Nessas condições, é forçoso admitir que é impossível para os empresários estabelecidos nos municípios brasileiros de Corumbá e Ladário operar em condições mínimas de lucratividade, que permitam a manutenção e o crescimento de seus empreendimentos. Daí concordarmos com a assertiva do parecer aprovado no Senado de que "o Poder Público tem a obrigação de corrigir as distorções apontadas, sob pena de ser visto, naquela região, como inimigo do próprio interesse nacional".



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O projeto em pauta necessita, entretanto, de uma pequena alteração de forma para que possa ser aprovado nesta Comissão. De fato, as restrições contidas no § 2º do art. 4º estão repetidas no § 2º do art. 6º. Além disso, a restrição contida na alínea "d" do § 2º do art. 4º foi revogada pela Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, no que diz respeito às áreas de livre comércio já existentes. A emenda em anexo visa justamente sanar este problema.

Assim, na medida em que não é possível vislumbrar, no curto e médio prazos, outra solução para a grave crise que afeta muitos municípios brasileiros localizados na faixa de fronteira, acredito que é meu dever votar favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 2.263, de 1996, com a emenda anexa.

Sala da Comissão, em de de 1998.


Deputado João Pizzolatti
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 2.263, DE 1996

Cria área de livre comércio nos municípios de Corumbá e Ladário, no Estado do Mato Grosso do Sul.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Dê-se aos arts. 4º e 6º do projeto a seguinte redação:

"Art.4º.....
.....

Parágrafo único. As demais mercadorias estrangeiras, inclusive as utilizadas como partes, peças ou insumos de produtos industrializados na Área de Livre Comércio de Corumbá e Ladário - ALCCL, gozarão de suspensão dos tributos referidos neste artigo, mas estarão sujeitas à tributação no momento de sua internação.

Art.6º.....
.....

§ 2º Estão excluídos dos benefícios fiscais de que trata este artigo, bem como daqueles previstos no art. 4º, os produtos abaixo, compreendidos nos capítulos e/ou nas posições indicadas da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, aprovada pela Resolução nº 75, de 22 de abril de 1988, do Comitê Brasileiro de Nomenclatura, com alterações posteriores:

- a)
- b)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

c)

d) "

Sala da Comissão, em de de 1998.



Deputado João Pizzolatti

80340800.183



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROJETO DE LEI Nº 2.263-A, DE 1996
(DO SENADO FEDERAL)
PLS Nº 214/95**

Cria área de livre comércio nos Municípios de Corumbá e Ladário, Estado do Mato Grosso do Sul.

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24,II).

S U M Á R I O

- I - Projeto inicial
- II - Na Comissão de Economia, Indústria e Comércio:
 - termo de recebimento de emendas
 - parecer vencedor
 - parecer da Comissão
 - voto em separado do Deputado João Pizzolatti



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ofício-Pres. nº 117/98

Brasília, 18 de novembro de 1998

Publique-se.

Em 18 / 12 / 98


Presidente

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 2.263, de 1996.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Atenciosamente


Deputado ROBSON TUMA

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado MICHEL TEMER
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
N E S T A



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 2.263/96

Nos termos do art. 119, *caput*, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente da Comissão de Finanças e Tributação determinou a abertura e divulgação, na Ordem do Dia das Comissões, de prazo para recebimento de emendas (5 sessões), no período de 07/03/2003 a 14/03/2003. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas.

Sala da Comissão, em 17 de março de 2003.


Maria Linda Magalhães
Secretária



PROJETO DE LEI Nº 2.263-A, de 1996, que
"Cria área de livre comércio nos Municípios de Corumbá e Ladário, Estado do Mato Grosso do Sul".

AUTOR: SENADO FEDERAL

RELATOR: Deputado ARMANDO MONTEIRO

1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2263-A, de 1996, determina a criação da área de livre comércio nos municípios de Corumbá e Ladário, no Estado do Mato Grosso do Sul, tendo por finalidade básica a promoção do desenvolvimento econômico e social das regiões fronteiriças desse Estado e o incremento das relações bilaterais com os países vizinhos, segundo política de integração latino-americana.

Segundo a Proposição, a entrada de mercadorias estrangeiras na área de livre comércio far-se-á mediante suspensão do Imposto sobre Importação — II — e do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI. Tal suspensão será convertida em isenção quando as mercadorias forem destinadas a: a) consumo e venda interna; b) beneficiamento, em seu território, de pescado, pecuária, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola ou florestal; c) instalação e operação de turismo e serviços de qualquer natureza; d) estocagem para comercialização no mercado externo; e) atividades de construção e reparos navais; e f) bagagem acompanhada de viajantes, segundo os limites legais. Contudo, ficam excluídos dos benefícios fiscais os seguintes produtos: a) armas e munições de qualquer natureza; b) automóveis de passageiros; c) bebidas alcoólicas; d) perfumes; e e) fumo e seus derivados.

Também aplica-se a isenção do IPI aos produtos nacionais ou nacionalizados que entrarem na área de livre comércio para aplicação nas finalidades acima enumeradas. Entretanto, ficam excluídas da isenção, nos termos do Projeto de lei, as seguintes mercadorias: a) armas e munições; b) veículos de passageiros (com exceções); e c) bebidas alcoólicas.



4D254A3E25



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Comissão de Economia, Indústria e Comércio, ao apreciar a Proposição, decidiu unanimemente pela sua rejeição, nos termos do Parecer do Deputado Rubem Medina, designado relator vencedor. Encaminhada à Comissão de Finanças e Tributação, não foram apresentadas emendas à Proposição no prazo regimental.

É o relatório.

2. VOTO

Esta Comissão tem por competência, além do exame de mérito, inicialmente apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e normas pertinentes à receita e despesa públicas, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, IX, "h" e 53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que *"estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentaria e financeira"*, aprovada pela CFT em 29 de maio de 1996.

O referido Projeto de Lei, ao criar a área de livre comércio, estabelece, por conseguinte, um regime fiscal especial, consistindo na suspensão e posterior isenção do IPI — Imposto sobre Produtos Industrializados e do II — Imposto sobre Importações, tanto para produtos importados quanto nacionais industrializados na ALC, quando destinados a finalidades específicas. Tendo em vista as isenções tributárias previstas pela proposição sob análise, vemos que a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2003 (Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002), em seu Art. 84. condiciona a aprovação de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, acarretando renúncia de receita, ao cumprimento do disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige estar a proposição acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, assim como sua compatibilidade com o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e o atendimento de pelo menos uma de duas condições alternativas.

Uma condição é que o proponente demonstre que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias. Outra condição, alternativa, é que a proposição esteja acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, o benefício só podendo entrar em vigor quando implementadas as medidas referidas.

Apesar de o Projeto de Lei prever a concessão de isenções fiscais, observamos que a Proposição sob análise não está acompanhada dos requisitos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, resumidamente consistindo em: a)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

estimativa da renúncia de receita para o exercício vigente e os dois subsequentes; b) apresentação das medidas de compensação; ou c) da comprovação de que a renúncia já está computada na lei orçamentária e de que não afetará as metas fiscais. Por essa razão entendemos que o Projeto de Lei é **inadequado e incompatível** sob a ótica orçamentária e financeira, não obstante os nobres propósitos norteadores de sua elaboração.

Dessa forma, fica também prejudicado o exame quanto ao mérito, na Comissão de Finanças e Tributação, de acordo com o disposto no art. 10 da Norma interna – CFT.

Pelo exposto, voto pela **incompatibilidade e inadequação** orçamentária e financeira do projeto de lei nº 2.263-A, de 1996.

Sala da Comissão, em 31 de julho de 2003.


Deputado ARMANDO MONTEIRO
Relator



4D254A3E25



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.263-B, DE 1996

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu, unanimemente, pela incompatibilidade e pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2.263-A/96, nos termos do parecer do relator, Deputado Armando Monteiro.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Eliseu Resende, Presidente; Fábio Souto e Paulo Bernardo, Vice-Presidentes; Antonio Cambraia, Armando Monteiro, Carlos Willian, Cezar Schirmer, Colbert Martins, Coriolano Sales, Félix Mendonça, João Correia, José Militão, José Pimentel, Jovino Cândido, Luiz Carlos Hauly, Luiz Carreira, Max Rosenmann, Paulo Afonso, Pedro Novais, Professor Irapuan Teixeira, Promotor Afonso Gil, Vignatti, Wasny de Roure, Yeda Crusius, Bismarck Maia, José Carlos Elias, Luciano Castro, Reinaldo Betão e Roberto Balestra.

Sala da Comissão, em 6 de agosto de 2003.


Deputado ELISEU RESENDE
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.263-B, DE 1996

(Do Senado Federal)

PLS Nº 214/95

Cria área de livre comércio nos Municípios de Corumbá e Ladário, Estado do Mato Grosso do Sul; tendo pareceres: da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo, pela rejeição (relator: DEP. RUBEM MEDINA); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária (relator: DEP. ARMANDO MONTEIRO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54)

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

SUMÁRIO

I – Projeto inicial

II – Na Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo:

- parecer vencedor
- parecer da Comissão
- voto em separado

III – Na Comissão de Finanças e Tributação:

- parecer do relator
- parecer da Comissão